

## ***NOTIFICAÇÃO DE JUÍZES POR POLICIAIS : ilegalidade aberrante***

---

**HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS\***

*Juiz de Direito da Justiça do Distrito Federal*

Ocorre, embora com certa raridade, especialmente em 'barreiras' e *blitze* de final de ano, de o Magistrado ser notificado, oralmente, por policiais, para exibição de outros documentos — com certeza para assegurarem-se de que o Juiz não conduz veículo furtado ou roubado. Acreditando que essas ocorrências devem-se apenas à ignorância de um ou de outro policial, os Magistrados, em regra, relevam o incidente, sem maior preocupação, evitando, como lhes parece de maior conveniência, discutir com os policiais. Com naturalidade, satisfazem a exigência e continuam viagem.

O episódio pode parecer muito natural a quem desconhece — propositalmente ou não — a posição do Magistrado (Juízes, Desembargadores, Ministros) no contexto da ordem constitucional imperante no País, cuja pessoa se confunde com o próprio órgão do Poder Judiciário que integra. Para quem, no entanto, não faz tábula rasa da ordem constitucional, especialmente dos direitos e garantias que ela institui — e, portanto, das instituições e instrumentos encarregados de sua defesa —, o fato não deixa de causar espanto e preocupação.

É verdade que a ninguém custa atender a essa exigência, muito natural também para qualquer Magistrado, desde que não identificado antes. Ocorre que, uma vez assegurada a identidade do Juiz, a exigência constitui exorbitância, ilegalidade e intolerável ofensa às instituições nacionais, especialmente à independência do Poder Judiciário.

A doutrina que inspirou a vigente Constituição — à maneira daquelas das sociedades tidas como mais civilizadas — entende que, para garantia dos direitos emergentes da Carta Maior, indispensável se faz a



existência de um poder independente, cujos membros não estejam sujeitos aos eventuais caprichos e desmandos de outros poderes, mas apenas ao cumprimento dela mesma, Constituição, e das leis que não a contrariem. Daí a razão de ser do Capítulo III do Título IV da Constituição da República Federativa do Brasil e do disposto na sua Lei Complementar nº 35, art. 33, inciso IV, dizendo que o Magistrado não está sujeito «a notificação ou a intimação para comparecimento, salvo se expedida por autoridade judicial», obviamente de grau superior.

De fato, seria absurdo admitir-se que o Magistrado — a quem toca o dever de restaurar a liberdade do cidadão eventualmente desrespeitada por ato ilegal, digamos, da autoridade policial — estivesse sujeito a notificação para comparecimento, exibição de documentos ou para qualquer outro ato, por essa mesma autoridade. Frente ao bom-senso e à lógica jurídica, o dispositivo seria mesmo dispensável, ante o absurdo da hipótese acima mencionada. Sua existência se justifica, entretanto, como testemunho do propósito do legislador constituinte de não deixar dúvida quanto à completa independência do Magistrado (que é órgão, e não simples servidor do Poder Judiciário — CF, art. 92) frente aos agentes dos outros poderes da República. Da expressão 'para comparecimento' extrai-se, necessariamente, a conclusão de que o Magistrado — órgão do Poder Judiciário, repita-se (CF, art. 92, item VII) — não está sujeito a notificação de policiais, de qualquer graduação, seja para exibir documentos que comprovem não estar transitando em veículo roubado, seja para outra finalidade qualquer; quando veda o mais, a Constituição veda o menos. Não estando sujeito a notificação sequer para comparecimento, muito menos o estará para comprovar, em local público, diante da assistência perplexa de seus jurisdicionados, a regularidade do veículo em que transita. A Constituição Federal, e sua lei complementar, no resguardar a independência e a dignidade da Magistratura, vedou — no caso particular até explícita e claramente — o uso dos meios que pudessem feri-las. Quando veda os fins, a lei veda os meios. Daí o



absurdo de admitir-se que, não estando sujeito a notificação para comparecimento senão por autoridade judiciária de grau superior, o Juiz estaria sujeito a notificação oral por policiais, civis ou militares, em local público, diante da assistência de seus próprios jurisdicionados — dentre os quais os próprios notificantes —, para 'encostar' veículos, exhibir documentos ou submeter-se a 'busca'.

Admitir-se esse absurdo implicaria em admitir-se outros tantos iguais ou maiores, se possível. O policial que notifica, embora oralmente, o Magistrado para qualquer desses fins, em público — averbando-lhe suspeição de conduta criminosa ou irregular —, comete, só por isso, ato de desrespeito às instituições de seu País e intolerável ultraje ao Poder Judiciário, a quem, exclusivamente, cabe fiscalizar e, se o caso, punir a conduta irregular de seus membros. Quem assim age — por ignorância ou orientação superior? — certamente violaria também o disposto no art. 33, item II, da Lei Complementar à Constituição nº 35, desacataria ordem de *habeas corpus* deferida circunstancialmente pelo Magistrado para fazer cessar constrangimento ilegal praticado em sua presença — e daí por diante —, como se os direitos individuais e coletivos inscritos na Constituição Federal só tivessem vida enquanto interessassem ao seu capricho ou juízo pessoal de conveniência.

Vê-se, claramente, pois, que esses episódios não dizem respeito, na verdade, ao conforto pessoal do Magistrado, mas, indiscutivelmente, ao dever de respeito à Carta Magna do nosso País e, por extensão, à garantia dos direitos individuais em cuja defesa, atualmente, mais que nunca, estão empenhados os setores mais expressivos da nossa sociedade, com destaque para o Poder Judiciário, para o Ministério Público e para a Ordem dos Advogados do Brasil. Não se concebe, realmente, que garantias teriam esses direitos, partidas de órgãos (Magistrados e Tribunais) cujas prerrogativas constitucionais são desrespeitadas por agentes de outro poder. O cidadão que presencia uma



cena como essa — a notificação de um Magistrado por um policial — deve perguntar-se a que e a quem recorrerá quando vítima de um abuso de poder.

Lembra-se, finalmente, que os Magistrados têm o dever legal de manter conduta irrepreensível na vida pública e particular — o que, obviamente, inclui o de não furtar veículos, não transitar com veículos em condições irregulares, etc. E que só aos Tribunais a que estão vinculados cabe exercer a fiscalização dessa conduta, com seu poder disciplinar. Assim, caso a autoridade de trânsito ou qualquer outra, do Poder Executivo, tenha fundada suspeição de conduta irregular de algum Magistrado, deve ela fazer comunicação ao respectivo Tribunal, em vez de invadir a área de competência desse órgão, usurpando-lhe o poder fiscalizador e tripudiando sobre a ordem constitucional. Se o agente do Poder Executivo ignora esse dever legal de respeito às instituições de seu País — o que é difícil admitir, considerando-se que os soldados e agentes de Polícia Civil, em todos os estados, submetem-se a estudos elementares de direito —, impõe-se que os Srs. Secretários de Segurança Pública determinem providências para que o mal seja sanado, cobrando a atenção de seus subordinados, no dever que têm de agir dentro da legalidade, respeitando e prestigiando as instituições do seu País.

